

Pedro Pierobon Costa do Prado

DESCONSIDERAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

tirant
Lo blanch

Academia

São Paulo
2019



Copyright© 2019 by Pedro Pierobon Costa do Prado

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1171344

P919 Prado, Pedro Pierobon Costa do

Desconsideração da coisa julgada inconstitucional /
Pedro Pierobon Costa do Prado. – 1.ed. – São Paulo : Tirant
lo Blanch, 2019.

218 p.

ISBN: 978-85-9477-417-0

1.Coisa julgada. 2. Direito processual civil. I. Título.

CDU: 347.953

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei n° 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n°9 610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Nove de Julho n° 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo, SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ESFORÇO HISTÓRICO	17
1.1. O SURGIMENTO DA COISA JULGADA NO DIREITO ROMANO ..	17
1.2. DIREITO GERMÂNICO	26
1.3. PROCESSO COMUM	28
1.4. O PROCESSO CIVIL NA PENÍNSULA IBÉRICA E EM PORTUGAL. .	30
1.5. A LEGISLAÇÃO DO BRASIL IMPERIAL	32
1.6. O PROCESSO CIVIL NA REPÚBLICA	34
1.7. A COISA JULGADA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.	38
CAPÍTULO 2 - PANORAMA GERAL DA COISA JULGADA	51
2.1. FUNDAMENTO POLÍTICO	51
2.2. A BUSCA PELO FUNDAMENTO JURÍDICO	53
2.3. NATUREZA JURÍDICA	73
2.4. CONCEITO LEGAL	76
2.5. ASPECTOS OU LIMITES DA COISA JULGADA	80
2.5.1. Limites objetivos	80
2.5.1.1. Os motivos	87
2.5.1.2. A verdade dos fatos	89
2.5.1.3. Questões prejudiciais	90
2.5.2. Limites subjetivos	95
2.5.3. Limites temporais da coisa julgada	102
2.5.4. Limites espaciais da coisa julgada	103
2.6. NÃO INCIDÊNCIA DA COISA JULGADA MATERIAL	105
2.7. RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO E OUTROS CASOS DE NOVO JULGAMENTO.	108
2.8. COISA SOBERANAMENTE JULGADA E COISA JULGADA DE COISA JULGADA	109
2.9. COISA JULGADA MATERIAL E INSTITUTOS AFINS	112
2.9.1. Preclusão	112
2.9.2. Coisa julgada formal	115
2.9.3. Eficácia preclusiva da coisa julgada	117
2.9.4. Estabilização da tutela antecipada	119

CAPÍTULO 3 - A DISCUSSÃO SOBRE A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA	127
3.1. COISA JULGADA INJUSTA E ILEGAL	131
3.2. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	136
3.2.1. Supremacia da Constituição e os sistemas de controle de constitucionalidade no Brasil	137
3.2.2. Senrença inconstitucional. Inconstitucionalidade antecedente, superveniente e alteração da jurisprudência	143
3.3. FUNDAMENTOS DA RELATIVIZAÇÃO	147
3.3.1. Controle de constitucionalidade dos atos jurisdicionais e o princípio da constitucionalidade	147
3.3.2. Questionamento do alcance do “status” constitucional da coisa julgada	150
3.3.3. Ausência de coisa julgada no caso de inconstitucionalidade da sentença	151
3.3.4. Instrumentalidade do processo	152
3.3.5. Incidência do princípio da proporcionalidade	154
3.3.6. Natureza do vício de inconstitucionalidade	156
3.4. ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À RELATIVIZAÇÃO	158
3.4.1. O alto significado da coisa julgada na ordem jurídica	159
3.4.2. A indispensabilidade da ação rescisória para a vulneração da coisa julgada	162
3.4.3. A eficácia preclusiva da coisa julgada e o controle difuso de constitucionalidade	164
3.4.4. Os efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade em relação à coisa julgada material	166
 CAPÍTULO 4 - OS MEIOS DE DESCONSIDERAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	 171
4.1. JUSTIFICATIVA DA TERMINOLOGIA EMPREGADA E DELIMITAÇÃO DO TEMA	171
4.2. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE VEICULADA NA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	173
4.2.1. O sincretismo e a alegação de inconstitucionalidade no CPC/1973	173
4.2.2. A sistemática do CPC/2015	180
4.2.2.1. Rol de matérias alegáveis na impugnação	181
4.2.2.2. A alegação de inconstitucionalidade	185
4.2.2.3. Outras questões	189
4.3. OUTROS MEIOS NÃO TIPIFICADOS EM LEI	191
4.3.1. Exceção de pré-executividade	191
4.3.2. Ação declaratória de inexistência jurídica ou “querela nullitatis insanabilis”	196
 CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES	 203
BIBLIOGRAFIA	207